

Violências e resistências na luta por moradia no Norte de Minas: o caso da Ocupação Tereza de Benguela (MTST) em Montes Claros

Júlia Fernandez Canuto¹

Resumo

A concentração de uma parte significativa da população em Ocupações Urbanas, estrategicamente assim denominadas, reflete as raízes históricas dos problemas das questões urbanas no Brasil. Essa dinâmica resultante dos períodos de colonização, são consequentes das desiguais distribuições de terras, com a posse concentrada em mãos de grupos sociais específicos e impulsionadas por políticas que promoveram a formação de grandes latifúndios. O Norte de Minas não está alheio a essa realidade, e as disputas por terras têm se intensificado, assumindo uma nova categoria de análise na região: os conflitos urbanos. O presente artigo apresenta uma análise por meio do relato sobre a Ocupação Tereza de Benguela (MTST) em Montes Claros, destacando a evolução da visibilidade dos conflitos urbanos com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto à cidade. Inicialmente, busca-se fundamentar o estudo no contexto histórico de desigual distribuição de terras do município, seguido pela descrição do conflito ocorrido em 2022, entre as famílias organizadas pelo MTST e a elite local. Ao final, o artigo propõe reflexões sobre as particularidades das violências e resistências na luta por moradia em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, evidenciando a contribuição dos movimentos sociais na busca pela efetivação do direito à cidade.

Palavras-chave: Conflitos urbanos, ocupação urbana, movimentos sociais, Montes Claros.

Violence and resistance in the struggle for housing in Northern Minas: The case of the Tereza de Benguela Occupation (MTST) in Montes Claros

Abstract

The concentration of a significant portion of the population in strategically named Urban Occupations reflects the historical roots of urban issues in Brazil. This dynamic, stemming from periods of colonization, is a consequence of unequal land distributions, with ownership concentrated in the hands of specific social groups, driven by policies that promoted the formation of large estates. The North of Minas is not oblivious to this reality, and land disputes have intensified, taking on a new category of analysis in the region: urban conflicts. This article provides an analysis through an account of the Tereza de Benguela Occupation (MTST) in Montes Claros, highlighting the increasing visibility of urban conflicts with the arrival of the Movimento dos Trabalhadores Sem Teto in the city. Initially, the study seeks to ground itself in the historical context of unequal land distribution in the municipality, followed by a description of the conflict that occurred in 2022 between families organized by the MTST and the local elite. In conclusion, the article proposes reflections on the specificities of violence and resistance in the struggle for housing in Montes Claros, in the North of Minas Gerais, emphasizing the contribution of social movements in the pursuit of the realization of the right to the city.

Keywords: Urban conflicts, urban occupation, social movements, Montes Claros.

Introdução

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Minas Gerais (Unimontes). É doutoranda em Desenvolvimento Social pela mesma universidade. Ambas as pesquisas possibilitadas pelo financiamento da Capes. Atualmente, integra o CITADINO (Núcleo Interdisciplinar de Temáticas Urbanas da Unimontes). Suas pesquisas envolvem as temáticas dos processos autônomos de produção do espaço por grupos sociais organizados, antropologia urbana e da territorialidade, cozinhas comunitárias e ativismo alimentar urbano.

O contexto histórico que abarca as problemáticas da urbanização e da crise habitacional no Brasil, apesar das especificidades, integra as consequências dos processos de colonização da América Latina. Ao longo da história, as formações urbanas das cidades brasileiras foram marcadas pelas desiguais distribuições de terras, com a concentração da posse por determinados grupos sociais e por políticas que favoreceram a formação de latifúndios.

Efetivada durante o Brasil Império, a Lei de Terras de 1850 é um marco na introdução da política de regularização da propriedade fundiária do país. Após o sistema de sesmarias, em que a Coroa Portuguesa era responsável pela concessão a partir do cumprimento das condições estabelecidas pela mesma, a Lei de Terras promulgou a mercantilização das terras, de forma a ditar as regras necessárias para comercialização e transformação dos latifúndios. Já no que se refere ao seu 1º artigo, fica inscrito: “Art.1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Congresso Nacional do Império do Brasil, 1850). Nesse contexto, para acessar a posse das terras, era necessário pagar por elas, com isso, a lei impedia a aquisição da propriedade a partir da ocupação das terras devolutas. Percebe-se então, que a Lei de Terras de 1850, reorganiza a conjuntura fundiária no Brasil, no sentido de legitimação da posse por quem já as detinha, define as terras em público e privado, com a categorização das terras devolutas², estabelece o título de propriedade e institui uma nova noção fundiária pautada na propriedade privada. Gouvêa, Ávila e Ribeiro (2009), analisam que

Tal sistema consolida a propriedade privada, garantindo a exclusividade dos proprietários de terras existentes, num período de transição entre a força de trabalho escrava, agora liberta, e a força de trabalho assalariada dos imigrantes, os quais não teriam condições de adquirir terras pela compra, uma vez que não possuíam recursos próprios. Desta forma, a alocação de terras exclusivamente pela compra favoreceu a elite econômica, resultando na concentração da terra e no acirramento das desigualdades sociais. (Gouvêa, Ávila e Ribeiro, 2009, pág. 77)

Atualmente, a questão fundiária tem ganha-

do cada vez mais fôlego nas discussões acadêmicas e nas pautas dos movimentos sociais. É evidente que há mudanças expressivas no passar do tempo, porém é preciso sempre lembrar as raízes históricas e sociais que influenciam e permanecem presentes no debate da problemática urbana brasileira.

O reconhecimento da propriedade privada no Brasil foi marcado por políticas fundiárias de origens individualistas e excludentes. Com o acirramento do êxodo rural e das reformas urbanas surgidas no final do século XIX, os reflexos das práticas que se mantiveram desde a colonização resultaram em cidades altamente segregadas. Em decorrência disso, restou à parte expressiva da população, expulsos das centralidades urbanas (onde o preço da terra é mais alto), acessarem a terra urbana através dos conhecidos “assentamentos precários”.

Ao mencionar assentamentos precários se faz necessário especificar as definições compreendidas a partir do conceito estabelecido pelo Ministério das Cidades (2010):

- o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda;
 - a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional;
 - a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, solução para as necessidades habitacionais, diante da insuficiência e inadequação das iniciativas estatais dirigidas à questão, bem como da incompatibilidade entre o nível de renda da maioria dos trabalhadores e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário formal.
- (BRASIL, 2010, p. 9)

Mesmo com os avanços desde a implementação da função social da propriedade, regida pela Constituição de 1988, além dos instrumentos determinados pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257)³, os conflitos fundiários permanecem com a mesma natureza: as contradições entre os grupos

2 Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apezar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apezar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. (Congresso Nacional do Império do Brasil, 1850)

3 A Constituição de 1988 foi a primeira no Brasil a tratar das questões urbanas. Os artigos 182 e 183 introduziram as premissas sobre a função

de especuladores com a concentração de renda, a partir de estratégias de especulação imobiliária, e os grupos da população empobrecida, na busca de maneiras de ocupar a cidade e resistir. No esforço de minimizar os problemas urbanos, surgem as políticas habitacionais com a intenção de incidir sobre o déficit habitacional. Na década de 60, iniciou-se a introdução de políticas habitacionais mais significativas, correspondente ao período do Governo Militar no Brasil, o Sistema Financeiro Habitacional (SFH) foi criado com intuito de facilitar o acesso à habitação própria por meio de financiamentos imobiliários. O BNH, Banco Nacional de Habitação, foi o órgão estruturado em 1964, para coordenar e financiar o programa habitacional. As iniciativas habitacionais estavam diretamente relacionadas com as novas configurações políticas do “novo regime”, para Vêras e Bonduki (1986, p.47), após 64, a política habitacional e a política urbana, assumiram um feitiço bancário e economicista e devem ser entendidas no bojo do Estado burocrático-autoritário que então se implantou.

O BNH que surgiu com o objetivo de incidir sobre o déficit habitacional, tornou-se ferramenta de incentivo econômico ao capital privado. Apesar de ter desempenhado um papel relevante na construção e no financiamento de habitações, o programa apresentou uma ineficiência em relação à infraestrutura, com o foco em construções de grandes conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos, ocasionando problemas na mobilidade e contribuindo para segregação socioespacial. Vêras e Bonduki (1986, p. 52) classificam que o programa não alcançou as classes trabalhadoras:

A atuação do BNH mostra que essa política teve êxito enquanto instrumento de dominação ideológica, como geradora de empregos na construção civil e como pirâmide keynesiana, amortecedora de recessões econômicas. Contudo, sua atuação social ficou bastante comprometida: o saldo quantitativo de oferta de habitação continuou irrisório para o mercado popular, ante a demanda de moradias por parte de classes de mais baixa renda. Por seu modelo empresarial, utilizando-se de mecanismos de financiamento e correção monetária, controles de inadimplência, ao tornar o empreendimento lucrativo, tratou o problema habitacional com “investimento-retorno”, mesmo quando dirigido aos setores populacionais. Pelo grande impulso às edificações de luxo, estimulando o mercado superior, a política habitacional evidenciou mais uma vez o des-

cuido para com as classes trabalhadoras. E pela enorme canalização das verbas da habitação para operações urbanas (sistema viário, saneamento, metrô etc). (Vêras, Bonduki, 1986, p.52)

Com o fim do BNH, outros programas habitacionais foram experienciados, mais relacionados às políticas de crédito e voltados para a população com renda de até três salários mínimos. Só em 2003, a partir do governo Lula, que foi criado o Ministério das Cidades e inserido nas ações do Ministério, o Plano Nacional de Habitação. O PlanHab estruturou as bases das políticas habitacionais e originou a Habitação de Interesse Social (subsídio destinado à população de baixa renda). Em 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o intuito de viabilizar o desenvolvimento econômico através de investimentos em infraestrutura. O programa transitava por diferentes áreas: energia, saneamento básico, transporte e entre elas, habitação. Relacionado ao setor habitacional do PAC, em 2009, surge o programa “Minha Casa, Minha Vida”, o programa foi dividido em três modalidades: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), o Programa Habitação Popular - Entidades e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

O PMCMV é significado de debate entre movimentos sociais e profissionais atuantes na produção do espaço urbano, o programa sem dúvidas, é responsável por uma relevante atuação frente ao déficit habitacional, tendo um expressivo número de construção de novas habitações. Entretanto, ainda representa contradições, a solução para as questões habitacionais no Brasil não podem ser reduzidas à construção de casas, são muitos imóveis que permanecem vazios. Além de que, assim como o BNH, o PMCMV também reproduziu uma política habitacional que ficou flutuante diante ao planejamento urbano, sem incluir requisitos como mobilidade, qualidade de infraestrutura e todas as prerrogativas sociais que envolvem o direito à cidade.

Hoje, afinal, o Brasil tem um Plano Nacional de Habitação, que trabalha com um cenário para 20 anos. A meu ver, o que falta para o Minha Casa, Minha Vida é o que sempre faltou na maioria dos programas habitacionais brasileiros: uma visão mais estrutural do que deve ser esse combate ao déficit. O combate ao déficit não pode se resumir apenas aos números. E desde os tempos do Banco Nacional da

social das cidades. Após 11 anos, o Estatuto da Cidade foi aprovado sob a Lei Federal 10.257. O Estatuto “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Cap. I, art. 1º, par. Único). Dispõe que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana...” (art.2º). As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal. (ROLNIK, 2001).

Habitação, o BNH, que foi criado pelos militares na década de 1960, a questão habitacional no Brasil foi quase sempre tratada como meramente quantitativa, e o sucesso ou fracasso dos programas é medido pelo número de unidades construídas. É óbvio que deveria ter outros fatores envolvidos, como a maior articulação deles com políticas urbanas e sociais. (Maricato, 2009, p.62)

O Minha Casa, Minha Vida desempenhou um papel significativo na questão da moradia e foi central como medida emergencial frente a crise econômica de 2008, justamente por exercer essa função de ferramenta de incentivo econômico para as empreiteiras. O problema é que a posição dos governantes não foca na garantia dos direitos da população, mas correspondem aos interesses do mercado, o que ocasiona políticas limitadas que não atuam de forma estrutural.

Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o PMCMV não impacta a segregação urbana existente, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas guetificadas já existentes (...) a experiência do PMCMV evidencia a dificuldade de se conciliar uma política pública guiada por uma racionalidade de mercado com o desafio de produzir cidade para todos, o que não se alcança por meio de uma lógica de inclusão pelo consumo, dependendo de uma perspectiva de universalização de direitos. (Rolnik et al, 2015, p. 149)

Ainda ao se tratar de políticas públicas de habitação, as ações são permeadas pelos interesses do capital, representados pelos latifundiários urbanos, empreiteiras e imobiliárias.

Diante da ausência de acesso à moradia, a população marginalizada se vê frequentemente compelida à enfrentar longas esperas nas filas de programas habitacionais, a buscar alternativas em loteamentos populares, compartilhar espaços em cortiços, resistir em comunidades quilombolas urbanas, adotar acordos de aluguel compartilhados e informais, ou, em muitos casos, depender do favor de familiares para garantir um lugar para morar. Uma outra forma de lutar pela moradia, são as ocupações urbanas, nessa circunstância, a população se junta em grupos para ocupar um local ocioso, com a finalidade de reivindicar a função social. As ocupações urbanas, espontâneas ou organizadas por movimentos sociais urbanos, emergem como forma de resistência ao modelo de cidade hegemônica segregativa, como possibilidade de criação de práticas políticas cotidianas que

busquem a efetividade do direito à cidade. Mais do que uma tentativa de solucionar a ausência de moradia, as ocupações urbanas são fruto da organização política responsável por tensionar as relações na cidade e enfatizar a luta para decidir sobre a cidade em que se quer viver.

Apesar das marcas históricas das lutas urbanas e das trajetórias inerentes dos movimentos sociais, os conflitos resultantes das desigualdades de acesso às cidades voltaram a alcançar maior destaque quando foram pauta e território principal das reivindicações das Jornadas de Junho de 2013⁴. Embora a fagulha para as manifestações no país inteiro tenha surgido nas lutas por transporte (com destaque para o Movimento Passe Livre em São Paulo), o discurso do Direito à Cidade enquanto um conjunto de políticas públicas logo ecoou pelas ruas, foi transformado em bandeira e cooptado por diferentes segmentos. David Harvey (2013), ao analisar as mobilizações a partir de Lefebvre (1976), reitera a necessidade de compreender o Direito à Cidade para além da esfera individual e das políticas vigentes, mas como possibilidade de se reinventar a vida urbana. Sendo a cidade um espaço permanente da luta de classes, a transformação só será possível através da luta política e organização popular.

O direito à cidade, como comecei a dizer, não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (Harvey et al. 2013; p. 82)

As tensões evidenciadas nas Jornadas de Junho culminaram no fortalecimento dos movimentos sociais urbanos já existentes. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que surgiu em 1997, a partir de uma análise de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de que era necessário um movimento para pensar as questões urbanas no Brasil, apesar de ativo desde o final dos anos 90, assumiu desde então, um forte protagonismo na luta por moradia, através da expressiva participação nas mobilizações contra os despejos consequentes dos megaeventos (Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016) e da intensificação do surgimento das ocupações urbanas. Hoje, o MTST se configura como o maior movimento social urbano do Brasil e atua em, apro-

⁴ As Jornadas de Junho referem-se a um conjunto de manifestações que ocorreram no Brasil durante o mês de junho de 2013. Os protestos se iniciaram como manifestações contra o aumento do preço das passagens do transporte público, mas de forma intensa transformaram-se em um grande movimento que expressava a insatisfação com relação à gestão pública, o que incluía infraestrutura, saúde, educação, corrupção etc. O movimento ganhou uma enorme repercussão e até hoje é objeto de estudo de diversos pesquisadores.

ximadamente, 12 estados.

O Norte de Minas não está flutuante frente às problemáticas urbanas brasileiras, e, tal como o traço histórico do país, a formação da região foi marcada pela forte concentração de terras. É neste contexto que um enorme latifúndio, fruto da política de sesmarias, é transformado em um arraial e, por fim, no município de Montes Claros.

E é justamente neste contexto dos currais de gado e das expedições de bandeirantes chefiadas inicialmente por Fernão Dias Paes, na procura por esmeraldas, no início do século XVIII, que o bandeirante Antônio Gonçalves Figueira obtém um alvará com concessão de uma sesmaria às margens do Rio Vieira, afluente do Rio Verde, e, tendo gostado da terra, instala-se: constrói casa, curral e uma capela. (Paula, 1979)

Na atualidade, Montes Claros é a maior cidade do Norte de Minas, com uma população estimada em 414.240 pessoas e densidade demográfica de 115,39 hab/km² (IBGE, 2022). Desde a sua consolidação, apresentou um fluxo de desenvolvimento desigual em relação aos outros municípios, mas foi com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que se estabeleceu como cidade pólo. Com o aprofundamento da disparidade e as dificuldades enfrentadas pelas outras cidades da região, a consequência foi o aumento no fluxo migratório para o município, que apesar dos investimentos recebidos, não tinha preparo suficiente para recepcionar o significativo aumento no contingente populacional. Assim, Montes Claros percorreu caminhos semelhantes aos de outras cidades pólo e de médio porte: a expansão urbana desenfreada para uma infraestrutura insuficiente que ocasionou um alto déficit de moradias.

Em 2013, a Fundação João Pinheiro (FJP) elaborou uma pesquisa sobre o déficit habitacional municipal no Brasil (2013), a pesquisa considerou diversos critérios para caracterizar as condições habitacionais e assim, incluí-las no saldo final de demandas habitacionais. No que tange aos elementos, foram analisadas as moradias improvisadas e rústicas, o encargo excessivo com aluguel, a existência de cômodos externos nos imóveis e a alta densidade de domicílios alugados. Além de que, foram consideradas inadequações de acordo com o acesso à infraestruturas essenciais como energia, água e saneamento básico. Os dados levantados pela pesquisa, revelaram que Montes Claros compunha junto com Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia e Juiz de Fora, os maiores déficits de Minas Gerais, alcançado a estimativa de demanda por 10 mil habitações. (Fundação João Pinheiro, 2013)

É nessa conjuntura que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) chega a Montes Claros em 2020, na intenção de organizar a população para a luta por moradia e pelo acesso ao direito à cidade. Através do acompanhamento de ocupações espontâneas já existentes, como é o caso da Ocupação Marielle Franco, e principalmente pelas vias de atuação nas Cozinhas Solidárias.

O MTST começa a se estabelecer na cidade, alcança diferentes bairros na periferia e agrupa cada vez mais pessoas para a formação de base, sendo um dos principais objetivos conseguir formar uma ocupação urbana organizada por um movimento social em Montes Claros. Posto isso, a primeira tentativa ocorreu em maio de 2022, com a experiência da Ocupação Tereza de Benguela. Coordenada pelo MTST, a ação contou com a participação de, mais ou menos, 50 famílias ocupando um terreno ocioso localizado na região norte da cidade. Os ocupantes foram surpreendidos por um despejo ilegal, a partir desse momento, a tensão entre o MTST e a elite local montes-clarense se consolidava.

Teto, trabalho e pão: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a trajetória em Montes Claros

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é o movimento urbano de maior expressão no país, presente em 14 estados e Distrito Federal. Comemorando 25 anos de luta em 2023, com o lema “Teto, trabalho e pão”. o MTST, fundado em 1997, foi formado a partir de experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao analisarem a necessidade de ações direcionadas para as questões urbanas. O modo de atuar mais conhecido é através das ocupações de terras ociosas, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos. Todavia, recentemente em 2021, diante da crise humanitária ocasionada pela pandemia de COVID-19, as Cozinhas Solidárias tornaram-se outra frente de atuação de grande destaque no movimento.

Alguns eventos foram decisivos para o surgimento do movimento. O primeiro foi o Massacre de Eldorado do Carajás, em que 21 trabalhadores rurais foram assassinados pela Polícia Militar paraense, o episódio simbolizava a forte criminalização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Movidas pela intenção de reivindicar a reforma agrária, denunciar a impunidade dos criminosos do massacre, a criminalização dos movimentos, os assassinatos no campo e contestar as políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, milhares de pessoas caminharam até Brasília na Marcha

Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça⁵, organizada pelo MST. A partir da Marcha Nacional, militantes do MST ao refletirem sobre os problemas estruturais urbanos, iniciaram o processo de construção de movimentos de luta na cidade, estariam eles divididos no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

Em 1996, o MTST acompanhou a primeira ocupação, de caráter “rururbana” e ainda com bases do MST, foi nomeada Parque Oziel em homenagem a um dos trabalhadores rurais assassinados no Massacre de Eldorado do Carajás. Entretanto, o início significativo para o movimento em questão de coordenar uma grande ocupação de forma autônoma foi a Ocupação Anita Garibaldi, que ocorreu em 2001 na cidade de Guarulhos, Grande São Paulo.

Desse momento em diante, o MTST se consolidava na Região Metropolitana de São Paulo e definia suas próprias diretrizes. Apesar das bases no MST, o MTST começa a construir diferentes formas de atuação, correspondentes à realidade urbana e outras formas de se relacionarem com as instituições políticas.

...afirmamos que o MTST não é um movimento de moradia. Lutamos por moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de vida dignas. É aqui que entra nossa proposta de uma Reforma Urbana. Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital”. (CARTILHA DO MILITANTE DO MTST, 2005, p. 4)

Já no governo Lula, o MTST realizou a Ocupação da Volks em São Bernardo do Campo, onde mais de 4000 pessoas ocuparam a frente de uma

fábrica da Volkswagen. A ocupação fez com que o movimento alcançasse bastante visibilidade, principalmente pelo papel da mídia. Ficou conhecido como um movimento mais radical do que os outros, porque não cediam às negociações. Ao alcançar cada vez mais a autonomia de atuação, fortaleceu-se nos âmbitos estaduais e nacionais. Com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida pelo governo Lula, o MTST se adequa e soma mais uma estratégia de ação: pautar a inclusão das famílias ocupantes nos programas habitacionais do governo. O PMCMV é permeado por diversas contradições, que vão desde a implantação que favoreceu as grandes empreiteiras, até a forma de execução, distância dos centros, sem equipamentos urbanos adequados próximos. O movimento não deixava de se posicionar criticamente como esquerda radical nas conciliações do governo vigente.

Ainda no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mas agora com Dilma à frente (2011-2016), as problemáticas urbanas continuavam crescendo mesmo com as construções de novas habitações, o processo de mercantilização das cidades avançava. Em junho de 2013, eclodem as manifestações no Brasil inteiro, no início com bandeira contra o aumento da tarifa do transporte, centralizada em São Paulo e organizada pelo Movimento Passe Livre⁶. Os protestos foram sendo adotados em várias cidades pelo país, outros movimentos, apoiadores somaram e a pauta de transporte foi sobreposta por pautas mais coletivas sobre o direito à cidade. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) assume papel essencial e traz junto a emergência de reformas estruturais possíveis através da organização popular na luta urbana.

Assim, além de um divisor importante na história do país, as Jornadas de Junho colocaram o MTST em um papel de destaque na luta pela reforma urbana. Nos anos seguintes, intensificaram os surtos de novas ocupações urbanas e o movimento desempenhou uma participação central nos protestos contra os despejos consequentes dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016).

E debruçado sobre esse cenário, o movimento é responsável pela continuidade de junho. Em 2014, ano da Copa do Mundo, com a bandeira “Copa Sem Povo,

5 “Iniciada no dia 17 de fevereiro de 1997 e partindo de três pontos do país, a Marcha Nacional foi programada para chegar em Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano depois do Massacre de Eldorado do Carajás. A chegada a Brasília foi celebrada com um grande ato público com mais de 100 mil pessoas. O objetivo da mobilização foi chamar atenção para a urgência da Reforma Agrária e pedir punição aos responsáveis pelo Massacre de Eldorado do Carajás. Durante a Marcha foi celebrado pela primeira vez o Dia Internacional da Luta Camponesa” (MST, 2021)

6 “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”(trecho retirado do site do Movimento . O movimento foi responsável por iniciar as ondas de protestos que culminaram nas “Jornadas de Junho de 2013”.

Tô na Rua de Novo”, o MTST ocupa um terreno em Itaquera, ao lado do estádio da cerimônia inaugural do megaevento, conhecido como Ocupação Copa do Povo, atento ao fato de que os megaeventos só acelerariam o processo de expulsão dos pobres das grandes cidades. Em Itaquera, os aluguéis subiram cerca de 300% nos seis primeiros meses de 2014. (Freitas, 2017, n.p)

Embora sempre tenha se posicionado como oposição de esquerda radical aos governos petistas, o MTST no segundo mandato do governo Dilma, ceifado pelo processo de impeachment, alia-se a outras forças, movimentos sociais, partidos, sindicatos e juntos formam a Frente Povo Sem Medo⁷ com o objetivo de mobilizar atos contra o golpe, as medidas neoliberais e o avanço da direita reacionária. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a criminalização dos movimentos sociais aumenta, o conservadorismo se espalha e os programas sociais são desmantelados. Dois anos depois, a pandemia chega para assolar o país.

A falta de ações efetivas por parte do governo para lidar com os impactos da pandemia contribuíram para o crescimento do desemprego, da insegurança alimentar e do aumento das famílias em situação de vulnerabilidade no país. Imagens de pessoas procurando alimentos em lixeiras tornaram-se frequentes nas redes sociais, refletindo o tamanho da problemática a ser enfrentada.

O Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, em seu histórico, acaba por romper com as formas de atuação reproduzidas pelos movimentos sociais anteriores. Em um processo, compreendido por muitos como de radicalização, assume uma postura anticapitalista, fundamentada na busca pelo poder popular. A estratégia para alcançá-lo é a partir da garantia de direitos do povo, ao entender que a luta não se resume à moradia, mas inclui o acesso à alimentação adequada, educação de qualidade, cultura e o conjunto de possibilidades que compõem uma vida digna.

Somos um movimento de trabalhadores. Operários, informais, subempregados, desempregados que, como mais de 50 milhões de brasileiros, não têm sequer moradia digna. Vivemos de aluguel, de favor ou moramos em áreas de risco pelas periferias urbanas do Brasil. No final da década de 1990, iniciamos nossa trajetória de luta contra a especulação imobiliária e o estado que a protege. Todos sabem que as grandes cidades brasileiras, cada vez mais ricas, escondem nas periferias a enorme pobreza daqueles que as constroem. Nosso objetivo é combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido

7 A Frente Povo Sem Medo é uma coalizão política brasileira que reúne diversos movimentos sociais, sindicatos, organizações da sociedade civil e partidos políticos de esquerda. Foi fundada em 2025, com o objetivo principal de articular ações e mobilizações em defesa dos direitos sociais, econômicos e políticos, principalmente da população mais vulnerável. O processo de impeachment fez a Frente Povo Sem Medo articular junto com outras frentes de luta, mobilizações contra o que nomearam de golpe, levantando a bandeira em defesa da democracia.

de construir uma nova sociedade. A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento. Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido. Não aceitamos a espoliação que muitos chamam de sina. Ao montar barracos de lona num terreno vazio e organizar os trabalhadores para lutar, cortamos a cerca nada imaginária que protege a concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos. E em alto e bom som gritamos: chegou a nossa hora. Criar poder popular!! (MTST, 2012, n.p)

A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Montes Claros começa em 2021 e assim como nos princípios em nível nacional, as ações são voltadas para a luta pelo direito à cidade, de forma que para assegurá-lo é preciso possibilitar o acesso da população à moradia, segurança alimentar, transporte de qualidade, educação popular, lazer e cultura. Isto posto, o movimento vem direcionando esforços em diferentes áreas para garanti-los através da mobilização popular.

Ao longo desses anos, o MTST Montes Claros conseguiu se inserir em bairros periféricos da cidade, fazendo trabalho de base e agrupando apoiadores. O movimento conta com o apoio das partes mais sociais da igreja católica, universidade, vereadoras, deputadas, principalmente do PSOL e PT, militantes de outros movimentos, coletivos de juventude e ativistas sociais solidários à causa.

Desde 2021, as Cozinhas Solidárias transformaram-se em uma frente de atuação de destaque no movimento. Na verdade, a estratégia de construir cozinhas comunitárias já era percebida como uma marca nas ocupações do MTST. Ao ocupar um terreno, uma das primeiras iniciativas é a instalação de espaços de cozinhar, que tornam-se mais do que isso, virando um lugar que abrange diferentes formas de sociabilização e é centralizador nas tomadas de decisões.

Em Montes Claros, a primeira ação de maior destaque do MTST foi a inauguração da Cozinha Solidária do Itatiaia, localizada no bairro Vila Itatiaia, na zona sul da cidade. A região sul de Montes Claros destaca-se por seu crescimento e pelas ocupações mais recentes, impulsionadas pela proximidade das rodovias BR-135 e BR-365, facilitando o acessos dos municípios vizinhos. Essa área também é caracterizada pelo número de loteamentos ilegais, a presença concentrada de favelas e a sua distância em relação ao centro.

Assim como na maior parte da cidade de Montes Claros, o

intenso crescimento da região sul não foi acompanhado de planejamento urbano e nem mesmo de infraestrutura adequada, o que, conseqüentemente, provocou o isolamento em relação à parte central da cidade, além da formação de áreas de ocupação ilegal. (Leite, 2011, p. 147)

A Cozinha do Itatiaia foi instalada em um antigo salão anteriormente inativo, atualmente, o projeto distribui aproximadamente 300 refeições por semana, além de atender aos moradores dos bairros vizinhos. Atualmente, em Montes Claros, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) opera cerca de sete Cozinhas Solidárias distribuídas em diferentes áreas da cidade. A implementação dessas cozinhas, em sua maioria, foi fruto da colaboração do movimento com outras entidades, incluindo associações de moradores, projetos solidários e grupos religiosos.

Além das Cozinhas Solidárias e mesmo antes da consolidação dessa frente em destaque no MTST, as ocupações em latifúndios urbanos ociosos representam princípios fundamentais nas estratégias de atuação do movimento em nível nacional. As práticas de construção de cozinhas coletivas surgem diretamente das ocupações urbanas realizadas ao longo da trajetória do movimento. Portanto, a tentativa de compreender a produção cotidiana do espaço de uma cozinha solidária do MTST em Montes Claros, está intrinsecamente ligada ao esforço de compreensão dos conflitos urbanos e à multiplicidade de agentes envolvidos nesses processos na cidade. Dito isso, o relato de experiência da Ocupação Tereza de Benguela sintetiza as táticas de atuação do MTST e ilustra uma vivência de conflito urbano em Montes Claros.

A Ocupação Tereza de Benguela: a festa e o conflito

Diante do contexto socioespacial em Montes Claros e com o intuito de fortalecer a atuação do movimento, o MTST mobilizou aproximadamente 55 famílias para ocuparem um latifúndio urbano desocupado na cidade. Nomeada Ocupação Tereza de Benguela, em homenagem à líder negra quilombola do Quilombo do Piolho, o grupo ocupou um lote correspondente a 380 mil m² na região do bairro Independência. A área encontra-se cerca de 6km afastado do centro e é muito próxima ao Aeroporto Mário Ribeiro, único aeroporto da cidade. A vizinhança é caracterizada por residências de classe média e muitas áreas desocupadas, resultado da especulação urbana que visa essa região, além de estar inserido em um local de limitações quanto à ocupação do solo, devido à proximidade com o

aeroporto e a necessidade de garantir uma área de segurança. Assim, ao contrário da maioria das ocupações que a antecederam em Montes Claros, a Tereza de Benguela se diferenciou pelo planejamento prévio coordenado por um movimento social urbano e por ocupar uma área de interesse do mercado imobiliário. Dessa forma, foi rapidamente percebida e provocou uma reação contrária imediata.

As estratégias reconhecidas do MTST para a escolha do terreno derivam do levantamento de lotes com questões jurídicas, ausência de proprietários definidos, loteamentos endividados e alguns de caráter público, mas que apesar disso, permanecem sem utilização. O terreno em que ocorreu a ocupação pertence tecnicamente, a uma das famílias mais antigas e proeminentes de Montes Claros, com extensas propriedades e presença em diversas esferas de poder no município. Apesar da considerável influência, segundo levantamento do MTST, a família acumula uma dívida de aproximadamente 7 milhões de reais em IPTU relacionada ao terreno, que há anos não cumpre sua função social. Fundamentado nesse argumento e na legislação local, o movimento estava confiante de que a negociação seria bem-sucedida, respaldada por embasamento jurídico.

Dessa forma, na madrugada do dia 13 de maio de 2022, cerca de 55 famílias ingressaram no terreno desocupado, dando início aos esforços para consolidar a Ocupação Tereza de Benguela. Sob a coordenação das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), essas famílias reivindicavam o direito à moradia diante de um cenário de elevado déficit habitacional e políticas habitacionais consideradas ineficientes. A ocupação era composta por famílias provenientes de diferentes bairros periféricos da cidade, nos quais o MTST já tinha certa atuação. Além disso, contava com o apoio de militantes da Cozinha Solidária do Itatiaia, lideranças estaduais, membros da União da Juventude Comunista (UJC) e ativistas sociais.

No dia anterior, foi-me feito um convite por uma liderança do movimento para participar do que chamavam de “festa” (processo de ocupação), indicando que finalmente haviam encontrado o salão de festas para celebrar (terreno para a ocupação). Ao chegar à ocupação na manhã seguinte, as famílias estavam envolvidas na limpeza do terra, na montagem de barracas de lona e bambu para os primeiros assentamentos, e na improvisação de uma cozinha coletiva, onde viriam a acontecer tanto os momentos de refeição quanto de reuniões para tomadas de decisões. Ao longo da manhã, ficou evidente que não demorou muito para que os moradores das redondezas

percebessem a ocupação. Motos já transitavam pela rua em frente a ocupação, observando a movimentação, indicando que não demoraria muito tempo até que os proprietários viessem reivindicar a posse, uma situação prevista pelo movimento.

Cerca de 9 horas da manhã, enquanto auxiliava um membro do movimento, uma caminhonete branca se aproximou. O condutor afirmava ser um dos proprietários do terreno. Fomos abordados inicialmente com uma tentativa de intimidação, viramos as costas e, em seguida, as lideranças assumiram a condução do diálogo. Contudo, o senhor adotou uma abordagem mais incisiva e após a resistência dos ocupantes, ele se retirou, mas não sem antes proferir ameaças e prometer retornar para resolver a situação.

Diante da situação, os ocupantes ficaram em alerta e começaram a se organizar, entrando em contato com advogados e políticos apoiadores. Pouco depois, a mesma caminhonete foi vista estacionada em uma rua próxima à ocupação. A expectativa inicial era de que fosse a polícia, mas o mencionado proprietário retornou acompanhado de outras pessoas para realizarem o processo de despejo “por conta própria”. O grupo começou destruindo as barracas de lona, intimidando os ocupantes e utilizando caminhões de areia para fechar os principais acessos da ocupação.

“(…) Estamos aqui na Ocupação Tereza de Benguela em Montes Claros, com cerca de 55 famílias que ocuparam um terreno na noite de ontem. Temos grávidas, gestantes, pessoas com necessidades especiais que tão aqui. As entradas da fazenda estão cercadas por seguranças particulares e que provavelmente são jagunços, a gente não sabe. Não estão deixando entrar comida, não estão deixando entrar água e tem alguns que estão dentro da propriedade, a gente precisa do apoio de todos, é um momento de muita ajuda.” (Transcrição da fala de uma das lideranças do MTST, vídeo do acervo do movimento fornecido para o trabalho).

A ação do grupo foi divulgada nas redes sociais, e pessoas autodenominadas representantes da direita em Montes Claros deslocaram-se para a Ocupação Tereza de Benguela. Os discursos predominantes giravam em torno do anti-petismo e da criminalização dos movimentos sociais, caracterizando um processo de perseguição aos militantes.

Figura 14: Barreiras nos principais acessos à Ocupação Tereza de Benguela



Fonte: Acervo do MTST, cedida à autora para o trabalho.

De acordo com o grupo opositor, as famílias que ocupavam o terreno estariam sendo manipuladas pelo MTST. O processo envolveu a coação dos militantes, incluindo com discursos preconceituosos. Além disso, o discurso anti-petista foi fortalecido quando uma foto de uma das lideranças com o presidente Lula foi identificada nas redes sociais e prontamente utilizada para embasar as argumentações. A bandeira do movimento foi rasgada e queimada, ação ovacionada pelos demais. Para encerrar, uma senhora iniciou a oração do Pai Nosso, e todo o grupo se reuniu em oração por terem protegido a propriedade privada em nome de Deus.

“A reintegração de posse é nós que faz (...) A foto sua com Lula nós tem aqui.”. (Transcrição da fala de um membro em um vídeo compartilhado nas redes sociais)

Figuras 15 e 16: Cena 1 - Chegada do grupo à Ocupação Tereza de Benguela. Cena 2 - Membro do grupo queimando a bandeira do MTST depois de rasgá-la



Fonte: Acervo do MTST, cedida à autora para o trabalho.

Após resistirem por dois dias, as famílias despejadas foram acolhidas na Ocupação Marielle Franco, mas enfrentaram outra surpresa. Em 18 de maio, a Polícia Militar, em conjunto com um procurador da Prefeitura de Montes Claros, deteve três lideranças do MTST, fundamentando-se na alegação de “flagrante de esbulho possessório”, que é quando há a violação ou interferência na posse de um bem por parte de outra pessoa. Tal argumento foi apontado pelo movimento como contraditório, dado ao fato de que a Ocupação Marielle Franco está consolidada há quatro anos.

A prisão foi postada por vários ativistas e meios de comunicação de esquerda, incluindo Guilherme Boulos (Deputado Federal - Psol e liderança do MTST) e Bella Gonçalves (Deputada Estadual de Minas Gerais - Psol). Após a prisão, segundo militantes e apoiadores do movimento, as lideranças ficaram incomunicáveis, sendo localizadas apenas algumas horas mais tarde. Também foi relatado que, antes de serem levados para o quartel, a polícia os manteve no camburão por seis horas. Sob pressão política e popular, os membros do MTST foram posteriormente soltos.

Através dos eventos ocorridos, tornou-se evidente um histórico de acontecimentos semelhantes envolvendo outros movimentos sociais no Norte de Minas, com formas de atuações comparáveis. Grupos têm intimidado assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, e em 18 de abril de 2018, foi relatado uma ação no qual dezenas de latifundiários e empresários, autodenominados como Movimento “Paz no Campo”, cercaram 100 famílias sem terra na Estrada da Produção em Montes Claros. Adotando táticas semelhantes, impediram a saída das famílias e os o

acesso a água e alimentos.

Considerações Finais

Ao chegar à esfera jurídica, as ocupações urbanas se deparam com a contradição entre o cumprimento da função social e o direito à propriedade, como exemplificado na situação da Tereza de Benguela, em que, apesar das irregularidades do terreno, a reintegração de posse forçada foi efetivada. Voltando-se para as análises elaboradas por Lefebvre (1976) sobre “direito à cidade”, as reflexões levam para compreendê-la enquanto obra, “direito à vida e à produção do espaço”, as ocupações urbanas são um exemplo de experimentações urbanas que intervêm na produção hegemônica do espaço urbano, através do próprio cotidiano. Mesmo durante o curto período da Ocupação Tereza de Benguela, a população apropriou-se do espaço, erguendo as barracas de lona e determinando onde seria cada lugar. Em consonância com os princípios do movimento, estabeleceram a cozinha coletiva no centro da ocupação, que além do papel fundamento de distribuição de refeições, seria o ponto de encontro para reuniões.

A presença ativa da militância do MTST em Montes Claros tenciona relações históricas na cidade. Apesar da insuficiência das políticas públicas habitacionais e do desordenado crescimento urbano, os conflitos de terras eram predominantemente destacados nas áreas rurais. O objetivo de organizar politicamente famílias sem-teto introduz uma nova fase no conflito fundiário em Montes Claros, com movimentos urbanos que se opõem aos poderes estabelecidos. Contudo, a luta pelo direito à cidade em Montes Claros apresenta nuances específicas, com as tensões ultrapassando a esfera institucional e manifestando-se na criminalização dos movimentos na esfera pública.

Nesse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto procura incidir na realidade dos trabalhadores urbanos através das cozinhas solidárias instaladas em regiões periféricas da cidade. Diante desse contexto, as reflexões mobilizadas caminham para suscitar pesquisas que busquem compreender outras dinâmicas de produção do espaço que emergem em Montes Claros como formas de resistência ao modelo hegemônico,

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: MCidades, 2010.

CONGRESSO NACIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL (1850). **Lei Nº 601, de 18 de Setembro de 1850**. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 21 de dez. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: FJP, 2013

FREITAS, Carolina. **20 anos do MTST: Um formigueiro contra o neoliberalismo**. Esquerda Online. 2017. Disponível em <https://mtst.org/mtst/20-anos-do-mtst-um-formigueiro-contra-o-neoliberalismo/>. Acesso em 20 de dez, 2023.

GOUVÊA, D. C.; ÁVILA, P. C.; RIBEIRO, S. B. **A regularização fundiária urbana na Amazônia legal**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 11, n. 2, 2009. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/221/205> . Acesso em: 21 de dez. 2023.

HARVEY, David et.al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo. Editorial, 2013

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro. IBGE: 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em 15 de dez. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 190p. (El espacio. In LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: El derecho a la ciudad II**. Barcelona: Península, 1976).

LEITE, Marcos Esdras. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica da favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG**. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MARICATO, Ermínia. **É preciso repensar o modelo**. São Paulo: Arquitetura e Urbanismo, Setembro/2009, Editora Pini, 2009.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Memória – Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, Brasília 1997**. (2021, 17 de abril). Disponível em <https://mst.org.br/2021/04/17/memoria-marcha-nacional-por-emprego-justica-e-reforma-agraria-brasilia-1997/>. Acesso em 20 de dez. 2023.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). **CARTILHA DO MILITANTE DO MTST (2005)**. Disponível em <https://mtst.org/>. Acesso em 22 de dez. 2023.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/o-mtst/quem-somos>. Acesso em 22 de dez. 2023.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes**. Montes Claros, Minas Gráfica, 1979.

ROLNIK, RAQUEL. **Estatuto da Cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza**. Programa de pós-graduação em Direito Registral Imobiliário da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001, p.1.

_____ et al. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação**. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>

VÉRAS, M. P. B.; BONDUKI, N. G. **Política habitacional e a luta pelo direito à habitação**. In: COVRE, M. L. M. (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.